



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-452-8 DOI 10.22533/at.ed.528191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E SUA INFLUÊNCIA EM RESIDÊNCIAS DE SANTO CRISTO/RS	
Tais Elisa Schmitt Cornelia Kudiess Graciele Hilda Welter	
DOI 10.22533/at.ed.5281910071	
CAPÍTULO 2	11
RESSIGNIFICAÇÃO DA LINGUAGEM COMPOSITIVA	
Rômulo Abraão Lima dos Santos Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5281910072	
CAPÍTULO 3	26
PERMANÊNCIAS E INOVAÇÕES TÉCNICAS E ORNAMENTAIS EM CASAS SENHORIAIS URBANAS CONSTRUÍDAS PELOS BARÕES DO CAFÉ EM CAMPINAS – SP	
Renata Baesso Pereira Ivone Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.5281910073	
CAPÍTULO 4	42
EXPERIMENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO PROCESSO PROJETUAL E DE APRENDIZAGEM	
Sasquia Hizuru Obata Carolina de Rezende Maciel Milton Vilhena Granado Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.5281910074	
CAPÍTULO 5	59
REPENSANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.5281910075	
CAPÍTULO 6	71
CLASSE HOSPITALAR E BRINQUEDOTECA: PLANEJAMENTO NA INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA	
Joceline Costa de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5281910076	
CAPÍTULO 7	84
MÉTODO DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE PARA REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS SEGUNDO PRIORIDADES DE EXECUÇÃO	
Carlos Eduardo Gomes Engelhardt Edison Luiz Leismann Ana Paula Vansan	
DOI 10.22533/at.ed.5281910077	

CAPÍTULO 8	96
EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NOS AMBIENTES DE SAÚDE	
Eleonora Coelho Zioni	
DOI 10.22533/at.ed.5281910078	
CAPÍTULO 9	107
ARQUITETURA E SUSTENTABILIDADE: OS “SELOS VERDES”	
Mônica Santos Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.5281910079	
CAPÍTULO 10	119
UMA ANÁLISE DIACRÔNICA DO TECIDO URBANO: O ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP	
Rafael Augusto Silva Ferreira Renata Baesso Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.52819100710	
CAPÍTULO 11	140
HETEROGENEIDADE DA FORMA DE UM SETOR URBANO NO DISTRITO DO TREMEMBÉ	
Adilson Costa Macedo Rodrigo Luz Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.52819100711	
CAPÍTULO 12	156
GOIÂNIA EM AGLOMERADOS: DESAJUSTES ENTRE O PLANEJADO E O CONCRETO	
Lídia Milhomem Pereira Ricardo Alexandrino Garcia Carlos Fernando Ferreira Lobo Paulo Eduardo Alves Borges da Silva Nayhara Freitas Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52819100712	
CAPÍTULO 13	168
ENTRE CIDADE E CIDADANIAS: UMA REFLEXÃO SOBRE REFUGIADOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA ÓTICA TERRITORIAL	
Natália da Cunha Cidade Marize Bastos da Cunha João Guilherme Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52819100713	
CAPÍTULO 14	180
INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO: O TRATAMENTO DA QUESTÃO HABITACIONAL NAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS DA CIDADE DE SÃO PAULO/SP	
Aline de Lima Zuim Carolina Maria Pozzi de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.52819100714	

CAPÍTULO 15	196
TRABALHO SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: EVOLUÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS	
Maria Gabriela Bessa Ruth Jurberg	
DOI 10.22533/at.ed.52819100715	
CAPÍTULO 16	208
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PELAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE HABITAÇÃO: O CASO IZIDORA E A RESPOSTA DO PODER PÚBLICO	
Mariza Rios Renata Cristina Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.52819100716	
CAPÍTULO 17	226
A POBREZA INVISÍVEL	
Tales Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.52819100717	
SOBRE A ORGANIZADORA	240

PERMANÊNCIAS E INOVAÇÕES TÉCNICAS E ORNAMENTAIS EM CASAS SENHORIAIS URBANAS CONSTRUÍDAS PELOS BARÕES DO CAFÉ EM CAMPINAS – SP

Renata Baesso Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Programa de Pós Graduação em Arquitetura
e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo
Campinas - SP

Ivone Salgado

Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Programa de Pós Graduação em Arquitetura
e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo
Campinas - SP

RESUMO: A cidade de Campinas (SP), que se originou no século XVIII como uma grande produtora de açúcar, e depois da década de 1840 de café, na segunda metade do século XIX incrementa o prestígio político e social de uma elite, agraciada por títulos imperiais, o que coincide com significativas mudanças no espaço urbano, especialmente na sua arquitetura, quando assistimos à construção de casarios senhoriais pela nobreza da terra. O objetivo deste trabalho é o estudo comparativo de dois exemplares de casas senhoriais urbanas de Campinas: o Palácio dos Azulejos, construído em 1878 por Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba e atribuído ao construtor português Manoel Gonçalves da Silva Cantarino; e a residência de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, iniciado em 1880

e concluído em 1883, pelo construtor italiano, Luigi Pucci. Embora os exemplares tenham sido construídos por representantes de uma mesma classe social e num curto intervalo de tempo, sua comparação aponta permanências e inovações na arquitetura senhorial urbana do século XIX. A análise do programa funcional revela como o enriquecimento das famílias se expressa nos espaços domésticos. Mas é na análise da técnica construtiva e da ornamentação que se revelam as principais diferenças. O estudo de dois casos exemplares permite compreender como, na segunda metade do século XIX, a produção do casario senhorial urbano contribuiu para o “embelezamento” de Campinas. Tais exemplares se alinham com a arquitetura erudita da Corte e com a tratadística que circulava entre arquitetos e construtores.

PALAVRAS-CHAVE: Campinas (SP). Arquitetura do século XIX. Casas senhoriais urbanas. Café. Azulejos.

ABSTRACT: The city of Campinas (SP), which originated in the eighteenth century as a major producer of sugar, and after the 1840s, of coffee, in the second half of the nineteenth century, increases the political and social prestige of an elite, graced by imperial titles, which coincides with significant changes in the urban space, especially in its architecture, when we witness the construction of manor houses by the nobility

of the land. The objective of this work is the comparative study of two examples of urban manor houses in Campinas: the Azulejos Palace, built in 1878 by Joaquim Ferreira Penteadó, the Barão de Itatiba, and attributed to the Portuguese architect Manoel Gonçalves da Silva Cantarino; and the residence of Joaquim Policarpo Aranha, the Baron of Itapura, whose construction begun in 1880 and was completed in 1883 by the Italian builder, Luigi Pucci. Although the examples were constructed by representatives of the same social class and in a short period of time, their comparison points to abundance and innovations in nineteenth century urban manor architecture. The analysis of the functional program reveals how the enrichment of families is expressed in the domestic spaces. But it is in the analysis of constructive technique and ornamentation that the main differences are revealed. The study of two exemplary cases allows us to understand how, in the second half of the 19th century, the production of the urban manor house contributed to the “beautification” of Campinas. Such exemplars align with the court’s erudite architecture and with the treatise that circulated between architects and builders.

KEYWORDS: Campinas (SP). 19th century architecture. Urban manor houses. Coffee. Tiles.

1 | INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, a economia da região de Campinas se estrutura com base na lavoura de cana-de-açúcar e, alinhando os interesses dos donos de engenhos com os do governo da Capitania de São Paulo, o território que era um bairro rural foi elevado ao estatuto de freguesia (1774) e, posteriormente, de vila (1797), desmembrando-se então da Vila de Jundiáí.

Do ponto de vista fundiário, a fundação de Campinas inscreve-se no regime de concessão de sesmarias, utilizado pela Coroa portuguesa. A sesmaria originariamente destinada a Antônio da Cunha Abreu (concedida em 1732) conteve cartograficamente todo o Bairro das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí e conteria todo o rossio da futura vila. Essa concessão de terras, abandonada por seu donatário original, foi apropriada por outros, entre os quais destaca-se Barreto Leme que doaria parte de suas terras para o patrimônio religioso, fundando, em 1774, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso de Jundiáí.

A produção açucareira concentrou capitais, terras e poder na mão de poucas famílias da vila, um só senhor ou uma só família detinha a propriedade de vários engenhos, herdados, comprados ou anexados por casamento e que, posteriormente, se convertem em fazendas de café.

No final do século XVIII, Campinas estava inserida na região que Petrone (1968) define como “Quadrilátero paulista do açúcar” - inscrita no polígono formado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiáí – principal região produtora na Capitania de São Paulo.

O rio Atibaia é elemento importante no processo de ocupação territorial, pois margeando seu curso, muitas das sesmarias foram delimitadas, dando início à cultura da cana de açúcar e depois do café. A partir da interpretação das cartas de doação de sesmarias, e referenciando-se no curso do Rio Atibaia, Pupo (1983) elabora a seguinte classificação da principal região onde se estabeleceram engenhos e depois fazendas de café (ver Figura 1):

Chamaremos de Alto Atibaia o trecho (...) desde a Serra de Cabras até a divisa com o município de Pedreira; do Médio Atibaia, desde a curva nesta mesma divisa até a estrada de Goiás; e desta estrada até a embocadura com o Jaguari, do Baixo Atibaia. (PUPO, 1983, p. 121)

Segundo Ribeiro (2015, p.18), os maiores produtores de açúcar e proprietários de grande quantidade de escravos na Vila de São Carlos, em 1829, eram os seguintes senhores de engenho: Antonio Manoel Teixeira (12.400 @ de açúcar e 226 escravos), Francisco Ignácio Sousa Queiroz (12.000 @ de açúcar e 215 escravos), Floriano de Camargo Penteado (4.062 @ de açúcar e 132 escravos), Theodoro Ferras Leite (4.000 @ de açúcar e 82 escravos) e Francisco Egydio de Sousa Aranha (3.500 @ de açúcar e 94 escravos). Estes cinco senhores de engenho respondiam por 28% da produção campineira de açúcar nas primeiras décadas do século XIX e eram proprietários de 17% de todos os escravos da vila.

A partir de 1840, o café torna-se o principal produto da região. E na segunda metade do século XIX, o complexo cafeeiro de Campinas trouxe diversas repercussões para seu desenvolvimento urbano, além de prestígio político e social para uma nova elite, portadora de diversos títulos imperiais. O processo de acumulação de terras e a passagem da produção do açúcar para o café coincidem com significativas mudanças no espaço urbano de Campinas, especialmente no que se refere à sua arquitetura, quando assistimos à construção de casarios senhoriais urbanos pelos barões do café.

Na década de 1880, a cidade de Campinas era a maior produtora de café e possuía o maior número de escravos dentre os demais municípios de toda a província de São Paulo, superando em muito a produção do Vale do Paraíba (TONON, 2003, p. 52).

2 | A ORIGEM DAS FORTUNAS DO BARÃO DE ITATIBA E DO BARÃO DE ITAPURA – A FAMÍLIA PATRIARCAL EM CAMPINAS

Tanto o Barão de Itapura (Joaquim Policarpo Aranha) como o Barão de Itatiba (Joaquim Ferreira Penteado) fazem parte de duas famílias patriarcais paulistas das mais abastadas, donas de grandes propriedades rurais. Segundo Tonon (2003, p.47) nessas famílias patriarcais, “o casamento representava a união de interesses, especialmente entre a elite branca e rica, preocupada com a manutenção do prestígio e da estabilidade social”.

A legalização do casamento sempre dependia do consentimento paterno cuja autoridade era legítima e incontestável sendo, muitas vezes, de sua competência decidir e determinar o futuro dos filhos sem consulta prévia sobre preferências afetivas (TONON, 2003, p.48).

Ainda segundo Tonon,

(...) vamos encontrar muitas parentelas políticas em Campinas, todas elas bastante atuantes, desde o final dos setecentos, inicialmente ligadas à propriedade territorial e, posteriormente, complementadas por outras atividades ligadas aos melhoramentos urbanos e à construção das ferrovias, principalmente após 1870 (TONON, 2003, p. 53).

Dentre as principais parentelas campineiras no século XIX, destacam-se os Teixeira Nogueira, os Camargo, os Souza Aranha e os Salles (TONON, 2003, p. 53). Joaquim Policarpo Aranha (1808 -1902), o Barão de Itapura, faz parte da família Souza Aranha e Joaquim Ferreira Penteado (1808 - 1884), o Barão de Itatiba, pertence à família Camargo.

Os Teixeira Nogueira tiveram grande número de casamentos endogâmicos (...) tiveram também o maior número de ocupantes em cargos públicos. Esta família dividiu com os Camargo, desde o início, a vida política do município. Unidos por laços de parentesco e compadrio, a partir de Floriano de Camargo Penteado, capitão-mor do município desde 1820, deram início ao que mais tarde seria o Partido Liberal, enquanto que alguns membros dos Camargo, unindo-se à família Andrade, originaram o Partido Conservador (TONON, 2003, p. 53-54).

Os Camargo, ascendentes do Barão de Itatiba, eram descendentes de antiga linhagem originária de Castela e se fixaram em São Paulo no último quartel dos seiscentos, destacando-se no governo colonial. Em 1757, os irmãos José de Camargo Paes e Ignácio de Camargo Paes casaram-se, na Vila de Parnaíba, com as irmãs Bárbara Paes de Barros e Ana Vicentina Paes de Barros, respectivamente. Bárbara e Ana Vicentina eram filhas de Antônio Rodrigues Penteado e Rosa Maria Luz Prado. Destes casamentos, originou-se a família Camargo Penteado.

Dos nove filhos de Barbara Paes de Barros e José de Camargo Paes destacam-se: Floriano de Camargo Penteado, pai de Francisca de Paula Camargo, a futura Baronesa de Itatiba; e Joaquim de Camargo Penteado, que teve uma de suas filhas, Delphina de Camargo Penteado casada com Ignácio Ferreira de Sá, estes pais de Joaquim Ferreira Penteado, o futuro Barão de Itatiba. Portanto, a Baronesa de Itatiba era neta de Barbara Paes de Barros e José de Camargo Paes; enquanto o Barão de Itatiba era bisneto destes. Delphina de Camargo Penteado se casou ainda mais duas vezes, na última vez com Floriano de Camargo Penteado, seu tio, o que reforça a política de construção da parentela na sociedade campineira.

O barão e a baronesa de Itatiba tiveram treze filhos, dos quais doze se casaram com parentes consanguíneos.

Além de fazendeiros e de ocuparem cargos políticos, alguns filhos dos Barões

de Itatiba também exerceram outras funções, entre elas a de capitalistas das companhias ferroviárias, de águas e esgotos, Campineira de Iluminação e Gás, entre outras. Tiveram também Casa Comissária em Santos e sociedade na Casa Bancária da Província de São Paulo, com matriz em Santos (TONON, 2003, p. 56).

Os Souza Aranha descendiam de José de Souza Siqueira, fundador do primeiro estabelecimento agrícola na então vila de Campinas e que, juntamente com Francisco Barreto Leme – este último considerado o fundador de Campinas, pois doou terras de sua sesmaria para a constituição do patrimônio da primeira capela - declararam no recenseamento de 1773, possuir sítio por escritura, o que confirma que os dois haviam se estabelecido em terras pertencentes aos primitivos sesmeiros da região (TONON, 2003, p.54).

Francisco Egydio de Souza Aranha (1778 – 1860) casou-se com Maria Luzia de Souza Aranha, em 16 de junho de 1817, reforçando as uniões consanguíneas na família Souza Aranha. O casamento foi realizado no sítio do Mato Dentro, propriedade da família onde já se produzia açúcar. No registro matrimonial consta a portaria de dispensa de impedimento de segundo grau de consanguinidade, a licença do vigário e mais a procuração do noivo, apresentada pelo pai da noiva. Compareceram à cerimônia o tio da noiva e do noivo, padre José Francisco de Aranha Barreto de Camargo, proprietário da fazenda e engenho Atibaia (Solar dos Aranha de Camargo), com área de 2.247 alqueires de terras (extensão declarada em 1818), que são herdadas por Joaquim Policarpo Aranha (Barão de Itapura) e Manoel Carlos Aranha (Barão de Anhumas), prováveis filhos do padre José Francisco de Aranha Barreto de Camargo, e que se casam com duas filhas de Francisco Egydio de Souza Aranha e Maria Luzia, Libânia e Anna Tereza.

Joaquim Policarpo Aranha casou-se aos 35 anos com Libânia de Souza Aranha, sua prima de segundo grau (MOYA, 1941, p.63), com a qual teve 6 herdeiros: Joaquim Policarpo Aranha Filho, Olímpio de Souza Aranha, Manoel Carlos de Souza Aranha Sobrinho, José Francisco de Souza Aranha, Alberto Egídio de Souza Aranha e Isolete Augusta de Souza Aranha. Seu irmão, Manoel Carlos Aranha, também se casa com sua prima de segundo grau, irmã de Libânia, Anna Tereza de Souza Aranha.

Nota-se a construção de uma “poderosa teia clânica” e a estratégia de dilatação das fortunas, decorrente de matrimônios entre familiares, consolidando bens e garantindo-os para gerações posteriores, como forma de manter a “hegemonia política de controle do poder local e do seu patrimônio econômico” (LAPA, 1995 p.111).

Joaquim Policarpo Aranha foi Membro da Guarda Nacional, possuindo a patente de Capitão, e vereador da Câmara de Campinas entre 1845 e 1848, aliado ao Partido Liberal. Participou da organização da visita do Imperador Dom Pedro II à cidade de Campinas em 1886 (LAPA, 1995, p. 101) e recebeu em 1883, do Governo Imperial a condecoração de Comendador da Imperial Ordem da Rosa, e o título de primeiro e único Barão de Itapura.

3 | AS FAZENDAS DAS FAMÍLIA DO BARÃO DE ITATIBA E DO BARÃO DE ITAPURA

O português e Capitão-Mor Inácio Ferreira de Sá recebeu terras do governo português em 06 de outubro de 1796 na então vila de Jundiá, na parte do seu território que em 1797 passaria a ser a Vila de São Carlos, futura cidade de Campinas. Seu filho, Joaquim Ferreira Penteado, futuro Barão de Itatiba, mudou-se para Campinas aos 22 anos de idade, onde se tornou um fazendeiro abastado, proprietário de várias fazendas. Sua fortuna foi dilatada pelo casamento com Francisca de Paula Camargo, filha de Floriano de Camargo Penteado, que também havia sido Capitão-Mor de Campinas e proprietário de vários latifúndios.

Boa parte da fortuna acumulada pelo Barão de Itatiba foi oriunda das propriedades de Floriano de Camargo Penteado, pai da baronesa e tio avô do barão. A outra parte da fortuna do Barão de Itatiba foi herança do seu pai, o Capitão Ignácio Ferreira de Sá.

Floriano de Camargo Penteado (1792-1830), capitão-mor da Vila de São Carlos, possuía grandes propriedades rurais em Campinas. Adquiriu o Engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão em 1820, que daria origem à Fazenda Sertão, posteriormente produtora de café. Também adquiriu por compra o Sítio Cabras, que pertencia ao Brigadeiro José Joaquim da Costa Galvão, que ali possuía criação. Por volta de 1830, este sítio já pertencia a Floriano de Camargo Penteado e encontrava-se sem nenhuma benfeitoria, nem mesmo as suas pastagens eram utilizadas o gado. Também foram propriedades de Floriano de Camargo Penteado o Sítio Duas Pontes, o Sítio Ponte Alta, o Sítio São Bento, o Sítio Cachoeira e o Engenho Jaguaru.

Com relação às propriedades rurais do Barão de Itapura, destaca-se a Fazenda Atibaia, conhecida como Solar dos Aranha de Camargo, fundada pelo Padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo e transmitida por herança ao Barão de Itapura e a seu irmão, Manoel Carlos Aranha, em 1839. Implantada na margem esquerda do Rio Atibaia, em suas terras se ergueu um dos “grandes solares do açúcar” (PUPO,1983, p.166) que mais tarde, passa a propriedade plena de Joaquim Policarpo Aranha e se converte em fazenda cafeeira. O Padre Aranha também legou aos irmãos o engenho e fazenda Pau d’Alho, em 1839. A Fazenda Recreio, foi herdada de Joaquim Paulino Barbosa, pelo Barão de Itapura, em 1852, sendo uma unidade construída exclusivamente para a cultura cafeeira que “em 1885 tinha 150 mil pés de café em terra vermelha, com máquina de benefício a vapor e terreiro de terra” (PUPO,1983 p.189).

As propriedades rurais adquiridas por compra pelo Barão de Itapura são: o sítio Jaguaru, a Fazenda Dois Córregos, situada no atual município de Valinhos (PUPO, 1983 p.179), a Fazenda Chapadão, localizada em Campinas, em atual área pertencente ao exército e um dos maiores exemplares de produção cafeeira do município, a Fazenda Bom Retiro, localizada próxima ao atual município de Pedreira, próxima ao atual bairro Carlos Gomes, a Fazenda Santa Thereza, em Campinas e a fazenda Velha, em

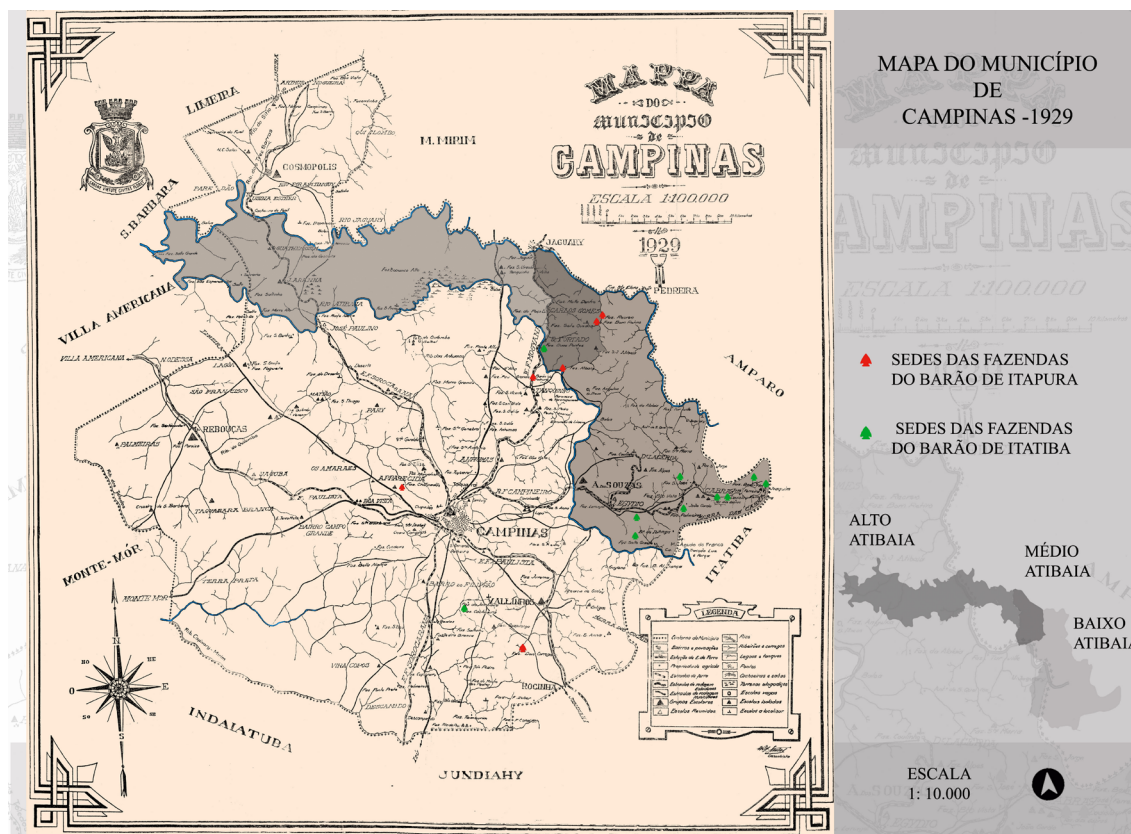


Figura 1: Mapa do Município de Campinas de 1929. Destacam-se entre os rios Atibaia e Jaguari as regiões denominadas por Pupo (1983) como Alto Atibaia, Médio Atibaia e Baixo Atibaia. Em vermelho destacam-se as sedes das fazendas do Barão de Itapura e em verde as sedes das fazendas do Barão de Itatiba.

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas. Imagem original manipulada por Ana Beatris Fernandes Menegaldo.

A Figura 1, demonstra a divisão das terras ao longo do Rio Atibaia proposta por Pupo (1983) e a localização das sedes das fazendas que eram propriedades do Barão de Itatiba e do Barão de Itapura em Campinas.

4 | AS CASAS URBANAS DO BARÃO DE ITATIBA E DO BARÃO DE ITAPURA

A produção das edificações urbanas – a casa senhorial - dos grandes senhores de engenho e cafeicultores da região de Campinas é entendida como uma casa de morada desta nobreza e alta burguesia que se formou no período e seu entendimento deve focar os múltiplos aspectos da sua arquitetura, de suas técnicas construtivas, de seus programas distributivos e de sua ornamentação.

O estudo comparativo de dois exemplares de casas senhoriais urbanas de Campinas, construídas pelos dois barões do café, se apoia na análise direta dos edifícios, que ainda hoje mantêm um grau de integridade física, somado à documentação existente sobre os mesmos.

O Palácio dos Azulejos, construído em 1878 por Joaquim Ferreira Pentead, o Barão de Itatiba é atribuído ao construtor português Manoel Gonçalves da Silva

Cantarino, foi tombado nas instâncias federal, estadual e municipal e atualmente abriga o Museu da Imagem e do Som (MIS) de Campinas. O Palácio Itapura, de Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, iniciado em 1880 e concluído em 1883, pelo construtor e prático italiano, Luigi Pucci, foi tombado nas instâncias estadual e municipal e, atualmente, faz parte do patrimônio da PUC Campinas, encontrando-se em processo de restauração.

Segundo a Monografia Histórica do Município de Campinas (IBGE, 1952, p. 83), os Barões de Itatiba passavam a maior parte dos seus dias nas suas casas rurais e afluíam à casa urbana, para realizar, entre outras atividades, seus negócios. Esta forma de morar, urbana e rural, revela aspectos da sociedade campineira do período. O estudo do casario senhorial urbano que estes abastados produtores agrícolas construíram permite observar o processo de modernização urbana e o modo de morar que a aristocracia de terras e a emergente burguesia almejavam. Também é possível analisar a circulação de ideias e suas relações com os padrões culturais europeus na produção de uma arquitetura que se transformava, tanto na adoção de novas técnicas construtivas como nos modernos estilos arquitetônicos.

A casa senhorial urbana de Joaquim Ferreira Penteado e Francisca de Paula Camargo, os Barões de Itatiba, conjugava a residência dos barões e de uma de suas filhas, Francisca Ferreira de Camargo Andrade casada com Antônio Carlos Pacheco Silva. O imóvel caracteriza-se por ser um caso singular de duas residências que compuseram um conjunto único, de grande destaque urbano, vindo daí a denominação popular de Palácio dos Azulejos.

Embora os dois exemplares tenham sido construídos por representantes de uma mesma classe social e num curto intervalo de tempo, sua comparação aponta permanências e inovações. Quanto a localização, enquanto a casa do Barão de Itapura foi construída em uma chácara, próxima à Matriz Velha, primeiro núcleo urbano de Campinas, o sobrado de Joaquim Ferreira Penteado foi construído ao lado da Matriz Nova, eixo de expansão da cidade. A Figura 2 demonstra a inserção das duas casas senhoriais no núcleo urbano e evidencia a extensão da chácara do Barão de Itapura.



Figura 2: Planta de Campinas de 1916. Destaca-se em vermelho as casas urbanas do Barão de Itapura e do Barão de Itatiba. A área da chácara do Barão de Itapura em verde.

Fonte: SEPLAMA Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas. Imagem original manipulada por Ana Beatris Fernandes Menegaldo.

Na forma de implantação, o Palácio dos Azulejos, construído em uma esquina, mantém suas fachadas rigorosamente nos alinhamentos do lote, formando um jardim interno. O conjunto formado pelas duas residências, do casal de barões e de sua filha, se alinha na quadra de forma contínua.



Figura 3: À esquerda, o sobrado do Barão de Itatiba destacando a implantação na esquina e o alinhamento da construção aos limites do lote urbano. À direita, detalhe do revestimento da

fachada do Sobrado do Barão de Itatiba.

Fonte: Coleção Particular Maria Luiza Pinto de Moura. (TONON, 2003, p. 107) e <<http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/palacio-dos-azulejos/>> Acesso em maio de 2017.

Já a implantação da casa do Barão de Itapura, embora também construído em uma esquina, mantém a fachada no alinhamento do lote sendo a lateral aberta para um amplo jardim, ornado com palmeiras imperiais. (Figura 4). A chácara estava localizada em um dos limites do perímetro urbano de então, o que permitia que a família desfrutasse da proximidade do núcleo urbano e do conforto de dispor do amplo terreno de uma chácara, provida de pomar, cavalariças e área de pastagem. A extensão do terreno viabilizou a solução do jardim cercado pelo gradil de ferro, que compõe com uma das fachadas urbanas e também de um jardim interno, protegido dos olhares externos e articulado aos espaços de uso íntimo de família. Atrás do edifício principal, havia outras dependências: um pavilhão de dois andares que abrigava serviços, as cocheiras e depois o imenso pomar com grande número de árvores frutíferas.

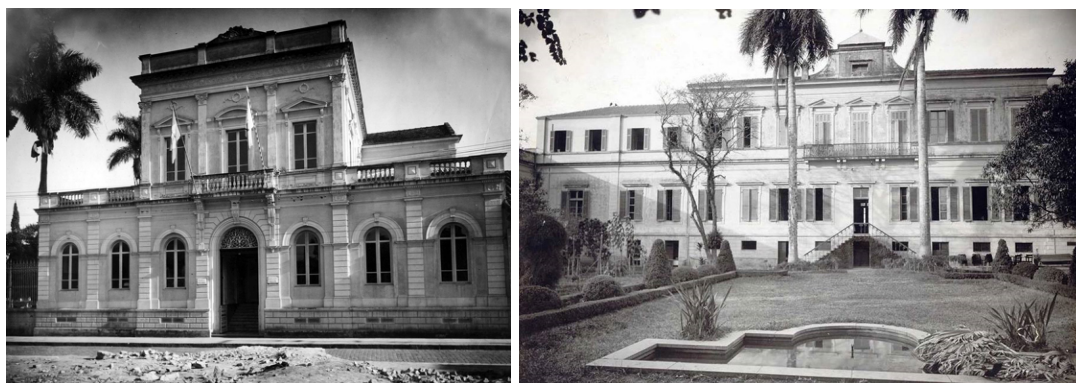


Figura 4 : Residência do Barão de Itapura: à esquerda, fachada para a Rua Marechal Deodoro, antiga Rua do Imperador; à direita, fachada para a Av. Francisco Glicério, Jardim lateral com palmeiras imperiais

Fontes: <<http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/solar-do-barao-de-itapura/>> Acesso em maio de 2017.

<<http://www.campinasdeantigamente.com.br/2014/08/solar-barao-de-itapura.html>> Acesso em maio de 2017.

A análise dos programa e dos uso dos espaços revela como o enriquecimento das famílias, ligadas à lavoura de açúcar e do café, se expressa nos espaços domésticos.

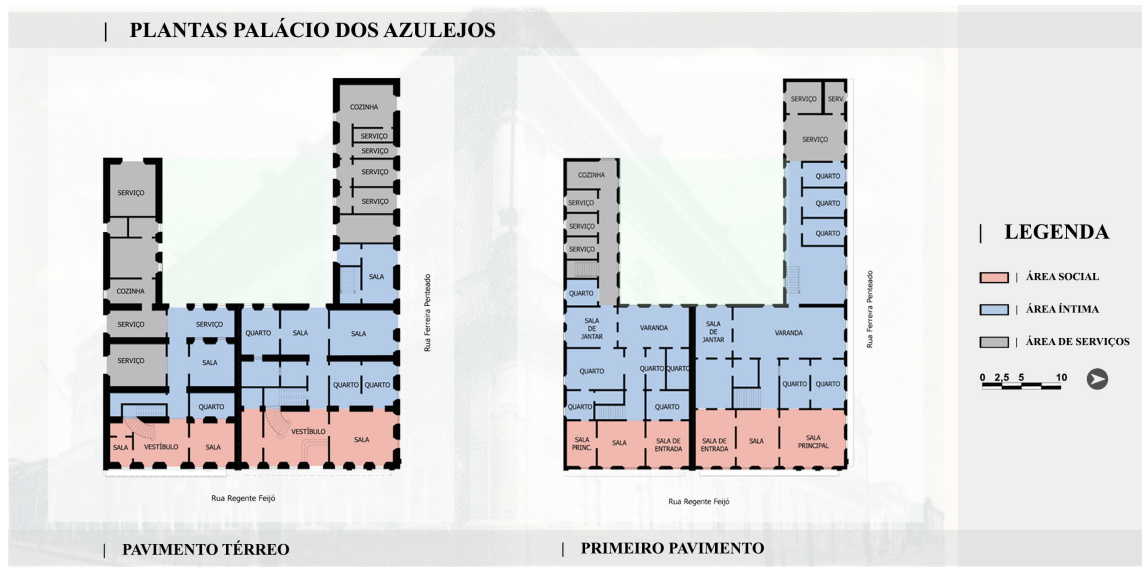


Figura 5: Palácio dos Azulejos – À direita, planta Primeiro Pavimento com identificação do programa e setorização das áreas sociais, íntimas e de serviços. À esquerda, planta do Pavimento Térreo com identificação do programa e setorização das áreas sociais, íntimas e de serviços.

Fonte: PUPO, 1983. Imagem original manipulada por Ana Beatris Fernandes Menegaldo.

Quanto ao programa e sua organização, os sobrados geminados do Barão de Itatiba e de sua filha (Figura 5) são compostos de dois níveis: térreo e primeiro pavimento; sendo organizados de forma similar em relação ao programa. Os vestíbulos definiram novos critérios de circulação dentro das casas dando acesso às salas, todas com seus respectivos quartos. Nos vestíbulos encontram-se escadas que davam acesso ao primeiro pavimento e foram construídas de madeiras nobres, com patamares finamente marchetados; suas paredes foram ricamente ornamentadas com pinturas e possuem claraboias que as iluminam. (Figura 6)

Do ponto de vista do programa destes sobrados, encontram-se as salas reservadas ao convívio social, sendo que a primeira sala da frente, no pavimento térreo do solar do Barão de Itatiba, parece ter sido especialmente reservada para receber os visitantes, pois seu acabamento é bastante requintado, apresentando teto forrado com madeira, ornamentação com pinturas florais, piso marchetado com o uso de diversas madeiras.

Num segundo plano encontram-se os quartos no pavimento térreo e superior; e atravessando a casa no pavimento superior estavam localizadas a salas de jantar e as varandas, local de refeições e permanência da família. No fundo do edifício estavam as cozinhas e áreas de serviço das casas com cômodos reservados aos escravos ou criados brancos que provavelmente dormiam ali (TONON, 2003, p.123).

Estas residências não eram servidas de água encanada, não possuíam, portanto, instalação sanitária. No fundo do lote havia um jardim onde estava instalada a cavalaria, pois desde 1870, “já era comum os carros de tipo europeu, como troles e charretes, vitórias, tilburis e as diligências” que transportavam pessoas e suas bagagens (TONON, 2003: p.124).



Figura 6: Palácio dos Azulejos – Vestíbulo. Detalhes da escada e do piso de marchetaria no patamar da escada.

Fonte: Thaina Isabela Silva.

Com relação ao programa e sua organização, casa do Barão de Itapura é composta de três níveis: rés-do-chão, pavimento térreo e primeiro pavimento. (Figura 7) No primeiro pavimento, a partir de dois terraços dispostos simetricamente, se descortinava a vista dos limites da cidade então. O pavimento denominado por Benedito Octavio (1921) como rés-do-chão se organiza na parte frontal com um porão para ventilação e o corpo lateral, abrigava os serviços e dependências para escravos domésticos. No pavimento térreo, o vestíbulo com sua majestosa escada organizava os fluxos para as áreas sociais e íntimas da casa. O mármore não foi poupado, reveste os pavimentos e escadarias do vestíbulo e da sala que dá ingresso tanto para os cômodos do primeiro quanto para os do segundo andar.

No pavimento térreo, a sala de visitas à esquerda com belas colunas coríntias e ricos espelhos. Contígua ao vestíbulo, a sala de jantar, com vista, para o jardim interno, com rica ornamentação de pinturas no forro e nas paredes. No corpo lateral à esquerda, após uma longa galeria coberta e gradeada prosseguem os quartos e outros cômodos, até uma bela sala íntima de perfeito acabamento, com forro de tecido. A escada de serviço garante a separação dos fluxos da família, escravos e criados.

No primeiro pavimento, existe uma área de passagem para os terraços, a que se chega pela grandiosa escada de mármore do vestíbulo. Vê-se à direita outra grande sala e do lado oposto, continuam os cômodos e quartos desse andar.

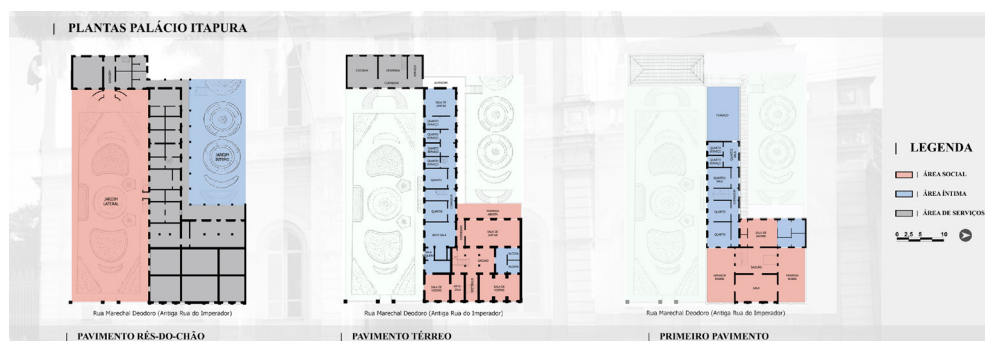


Figura 7: Residência do Barão de Itapura – À esquerda, planta do Pavimento Rés-do-Chão,

ao centro Planta do Pavimento Térreo, à direita, Planta do Primeiro Pavimento, todas com identificação do programa e setorização das áreas sociais, íntimas e de serviços.

Fonte: OCTAVIO, Benedito. "O Palacete de Itapura – Campinas". Correio Paulistano. Campinas, 30 de abril de 1921. Imagem original manipulada por Ana Beatris Fernandes Menegaldo.

Mas é na análise da técnica construtiva e da ornamentação que se revelam as principais diferenças entre os dois exemplares: enquanto a casa do Barão de Itatiba emprega a taipa de pilão "encamisada" por tijolos e a taipa de mão, além do uso dos azulejos da tradição portuguesa, a casa do Barão de Itapura foi construída, exclusivamente, em alvenaria de tijolos, empregando as modenaturas da tratadística clássica como elementos de ornamentação das fachadas. (Figura 8)

Na casa da família do Barão de Itatiba, a maioria das paredes mestras do pavimento térreo foi edificada em taipa de pilão encamisada com tijolos e alicerçadas em pedras; as paredes externas do pavimento superior foram levantadas em tijolos enquanto as suas paredes internas foram construídas em taipa de mão.



Figura 8: À esquerda, sobrado do Barão de Itatiba: detalhe construtivo de uma das paredes construída em taipa de pilão que encontra outra parede construída com a mesma técnica e encamisada com tijolos. À direita, residência do Barão de Itapura. Detalhe do alpendre junto ao jardim interno. Destaque para as abobadilhas de alvenaria de tijolos com vigas metálicas e para os elementos de ferro como gradis e colunelas. Fonte: Thaina Isabela Silva e Leonardo Rosa.

Um grande destaque na construção da casa urbana do Barão de Itatiba, dando-lhe requinte e imponência, foi a aplicação na fachada dos azulejos, inclusive na cimalha que se encontra coroada por louça branca. A utilização de um grande plano de fachada azulejada no Palácio dos Azulejos "é absolutamente incomum enquanto caracterização da arquitetura paulista do período, lembrando em alguma medida a expressão oitocentista do norte do país, os conjuntos neoclássicos de Belém, no Pará". (PAULA LEITE e outros, 2001, p. 10)

O uso dos azulejos nas construções, tanto no Brasil como em Portugal, ganham maior disseminação a partir do século XVIII. No Brasil, eles foram utilizados, sobretudo, nas igrejas, conventos e colégios religiosos das três grandes e ricas cidades de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, "que deviam gozar de prestígio suficiente para promover

embelezamento artístico constante, especialmente na velha capital” (TONON, 2003, p.144).

Em Portugal, no final do século XVIII, difundiu-se o gosto neoclássico caracterizado pela severidade das linhas e pela depuração decorativa, de espírito oposto ao rococó, que abrangeu a primeira parte do reinado de D. Maria I. As descobertas arqueológicas feitas em Pompeia, revelando os afrescos romanos, influenciaram a nova linguagem decorativa e foram uma das principais fontes de inspiração do neoclássico. A azulejaria portuguesa adaptou-se à nova linguagem (MECO, 1989, p. 240).

Em Portugal, a azulejaria neoclássica foi utilizada ao longo das três primeiras décadas do século XIX. Com a implantação do regime constitucional em 1834, a nova classe social em ascensão, a burguesia liberal, passou a utilizar a azulejaria para fins utilitários e de demarcação social, o que antes era reservado ao clero e à aristocracia (MECO, 1989, p. 241).

A partir de meados do século XIX, a criação de novas fábricas e a industrialização dos azulejos em Portugal permitiram a ampliação da utilização dos azulejos nas fachadas dos edifícios burgueses transformando-os num destacado contributo de transformação e enriquecimento urbanos, “muitas vezes associados a balaustradas, estátuas, bustos, pinhas, vasos, urnas e outros elementos de faiança branca, realizados nas fábricas do Porto” (MECO, 1989, p. 242).

O uso da azulejaria na construção civil, no Brasil, praticamente se difundiu apenas no século XIX. Sua utilização no revestimento das fachadas iniciou-se por volta de 1830 e 1840, com a nova camada social que emergia, estendendo-se por todo o Brasil. “Seu uso teve dupla função: a utilitária, quando trouxe proteção contra a humidade, herdada do clima tropical e agravada pela salinidade existente nas cidades litorâneas e a decorativa, tornando-se ostentação do proprietário”. (TONON, 2003, p.144).

[...] foram os construtores brasileiros quem, pela primeira vez, recorreram ao azulejo para revestimento e proteção das fachadas de templos e sobrados. Tais aplicações não foram utilizadas em Portugal a não ser, esporadicamente, em muros e paredes exteriores de jardins e pátios, sempre com uma manifesta intenção decorativa e voltados discretamente para os interiores (SIMÕES, 1965, p. 35).

A partir das novas relações estabelecidas entre Brasil e Portugal depois de 1822, os fornecedores europeus de azulejos recorreram à Holanda, Inglaterra, França e Espanha para fornecer aos construtores brasileiros os produtos. Somente quando assinado o primeiro tratado de comércio entre o Brasil soberano e Portugal, se retomou o intercâmbio mercantil, e a clientela brasileira volta a encontrar seus fornecedores tradicionais (SIMÕES, 1965, p. 36). Sobre o uso da azulejaria nas fachadas em Portugal, Santos Simões comenta:

São os comerciantes e capitalistas brasileiros que fomentam muitas das indústrias de Portugal, particularmente as que se desenvolvem depois de 1850 no norte do País, zona que mantém o ritmo migratório com o Brasil. São ainda os “brasileiros” regressados a Portugal ou que aqui empregavam seus cabedais em investimentos

imobiliários que trazem a moda da fachada azulejada característica específica da chamada “casa de brasileiro” (SIMÕES, 1965, p. 36).

O uso da azulejaria na fachada da casa senhorial urbana do Barão de Itatiba, em Campinas, constitui uma excepcionalidade em relação ao planalto paulista. Na cidade de Campinas há registros do uso de azulejos apenas em platibandas de mais três casarios senhoriais. Os azulejos existentes nas fachadas do pavimento térreo foram retirados em uma reforma de 1911. Aqueles remanescentes nas fachadas do pavimento superior e na platibanda são de seis tipos, assentados em tijolos, três do tipo “tapete” e três do tipo “friso” (TONON, 2003, p.145).

Além do revestimento externo em azulejos do Porto, dentro do antigo solar havia ornamentos com cristais belgas, lustres franceses e mármore italiano, indicando a riqueza de seus proprietários.

Como explica Paula Leite:

Outro aspecto bastante peculiar na esfera tipológica é dado pela relação entre as duas residências que compõem o conjunto, pois sendo espaços privados e autônomos explicitam a preocupação em configurar uma unidade, um todo, que não se limita apenas à fachada, mas estende-se também à estrutura do espaço interno e aos seus elementos ornamentais como forro, piso e à própria escadaria de acesso. Tal atitude parece conter e explicitar as formas patriarcais de organização da célula familiar, estruturada a partir de um modelo de referência, de uma imagem a ser respeitada, multiplicada, mimetizada (LEITE et. al., 2001, p. 10-11).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção destes dois exemplares do casario senhorial urbano contribuiu para o “embelezamento” de Campinas e sua produção obedeceu às regras do decoro, em conformidade com a posição social e econômica de seus proprietários. Tais exemplares se alinham com a arquitetura erudita da Corte no Rio de Janeiro e com a tratadística que circulava nas mãos de arquitetos e construtores práticos.

No final do século XIX em Campinas, a tradição construtiva que emprega as técnicas de taipa associadas ao uso da alvenaria de tijolos coexiste com emprego exclusivo da alvenaria de tijolos. Nossa hipótese é que a escolha da técnica construtiva se relaciona à origem dos construtores das casas, no caso do sobrado do Barão de Itatiba, o português Cantarino faz uso da taipa e dos azulejos e, no caso da residência do Barão de Itapura, o construtor italiano Luigi Pucci emprega a alvenaria de tijolos e elementos da tratadística clássica.

REFERÊNCIAS

OCTAVIO, Benedito. **O Palacete de Itapura – Campinas**. Correio Paulistano. Campinas, 30 de abril de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br> . Acesso em 29 de março de 2016.

IBGE. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1952.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

MECO, José. **A Azulejaria em Portugal.** Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MOYA, Salvador de. **Anuario Genealógico Brasileiro.** São Paulo: Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro Ano III, 1941.

LEITE, Paula; et al.. **Palácio dos Azulejos: Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Campinas.** Monografia. Disciplina Arquitetura no Brasil, FAU PUC Campinas, 2001.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo – expansão e declínio.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, Município no Império.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A, 1983.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817-1861.** Revista Resgate, Campinas, v. XXIII, n. 29, p. 15-40, jan-jun 2015.

SIMÕES, João Miguel Santos. **A azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822).** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

TONON, Maria Joana. **Palácio dos Azulejos: de Residência à Paço Municipal – 1878 – 1968.** Dissertação de Mestrado em História. IFCH UNICAMP, 2003.

Sites consultados:

<http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/palacio-dos-azulejos/>

<http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/solar-do-barao-de-itapura/>

<http://www.campinasdeantigamente.com.br/2014/08/solar-barao-de-itapura.html>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-452-8

